

AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL: ESTUDO EXPLORATÓRIO NO MUNICÍPIO DE CACOAL/ RONDÔNIA SOBRE O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é considerada uma forma social de produção para segurança alimentar, que representa uma fonte de alimento e de matéria-prima, reconhecida pela sociedade brasileira por sua contribuição socioeconômica. Apresenta características específicas no processo de produção, como mão de obra prioritariamente familiar, incluindo fundamentalmente mulheres, crianças e idosos, além de contribuir como incremento da renda das famílias, sobretudo, nos países em desenvolvimento (Larson; Muraoka; Otsuka, 2016; Albani; Cousin; Dickmann, 2022).

A partir de mobilizações políticas em busca de melhorar a qualidade de vida e reconhecimento do agricultor familiar, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Com a criação do PRONAF, a categoria de agricultor familiar, passou a ser contemplada em programas de concessão de crédito subsidiado voltado para o apoio à produção familiar. Entretanto, até meados da década de 90, não existiam políticas públicas abrangentes em nível nacional que considerassem as especificidades sociais e econômicas desse segmento, a primeira delas foi o PRONAF (Favero, 2011; Lima; Silva; Iwata, 2019; Saraiva; Borges, 2021).

Localizado na região norte do país, o município de Cacoal/RO, possui destaque na agricultura familiar, no qual desempenha papel importante da economia, com ênfase para a produção de culturas como soja, milho e cana-de-açúcar. No estado de Rondônia, a agricultura familiar é considerada um dos maiores motores da economia, com mais de 81% das propriedades rurais dedicadas a essa atividade rural, conforme dados do IBGE (2017). Em Cacoal/RO, existem vários agricultores que são fornecedores/beneficiários do PAA e a administração desse programa do governo federal é realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI).

Considerando o exposto, o objetivo da pesquisa baseou-se em analisar os benefícios socioeconômicos que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), proporciona aos agricultores familiares. A pesquisa se justifica pela necessidade de fortalecer a compreensão acerca da efetividade das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, especialmente em regiões com baixa visibilidade social e econômica.

2 AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil, a partir de 1990, a agricultura familiar recebeu maior reconhecimento e institucionalização, impulsionada por políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e por movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e organizações de pequenos produtores. O fortalecimento deste segmento produtivo, teve por objetivo ampliar a capacidade de produção, gerar empregos, garantir melhores condições de renda e promover a segurança alimentar e nutricional no meio rural (Assis; Priore; Franceschini, 2017; BRASIL, 1996).

Contudo, a agricultura familiar ganhou uma estrutura específica de fomento, no ano de 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), pelo Decreto nº. 1.946, de 28 de junho de 1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento rural sustentável:

Art. 1º. Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-

lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

A criação do PRONAF, concebeu a legitimação, por parte do Estado, de uma nova categoria social: os agricultores familiares. Até então, esse grupo era marginalizado no que diz respeito ao acesso às políticas agrícolas e frequentemente designado por expressões como pequenos produtores, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (Mattei, 2006).

Assim, Wanderley (1999), assegura que a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Para Plote (2014), é pela forma com que os produtores cultivam alimentos e vivem no campo que se define a agricultura familiar e não meramente pelo tamanho do estabelecimento.

A produção sustentável advinda da agricultura familiar é crucial não apenas para assegurar a preservação do meio ambiente, mas também para garantir a qualidade dos alimentos que são consumidos pelas pessoas. Ressalta-se que, as discussões acerca da relevância da agricultura familiar no Brasil têm envolvido diversos setores da sociedade, especialmente em relação aos debates sobre desenvolvimento sustentável, criação de empregos e renda, segurança alimentar e desenvolvimento regional (Albani; Cousinha; Dickmann, 2022; Ploeg, 2014).

No final do século XX, a categoria passou por grandes transformações, assumindo um grande papel na agenda governamental e houve um aumento significativo no número de iniciativas de apoio à agricultura familiar. Essas políticas públicas, passaram a envolver parcerias entre o Estado e organizações da sociedade civil não apenas na formulação, mas também na implementação das políticas, as quais enfatizam o conceito de sustentabilidade (Grisa; Schneider, 2014; Perin, 2021), conforme seguir: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Políticas Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Assim, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi estabelecido para facilitar o acesso a alimentos, principalmente em comunidades locais em situação de vulnerabilidade e passou a ser considerado um marco significativo na política agrícola do Brasil. A sua efetivação demonstrou, de maneira inovadora, a participação do Estado no processo de comercialização da pequena produção familiar. Ao garantir aos pequenos agricultores a compra dos seus produtos, o governo proporcionaria a eles segurança e, em conjunto com outras iniciativas, contribuiria para elevar o seu padrão de vida e o de suas famílias, além de promover o desenvolvimento sustentável nas regiões rurais menos favorecidas (Oliveira, 2016).

O PAA contempla cinco modalidades de operação: Compra com Doação Simultânea; PAA – Leite; Compra direta; Apoio à formação de estoque e Compra institucional. Uma das metas primordiais do PAA é fortalecer a agricultura familiar e contribuir para a inserção econômica e social, apoiando práticas sustentáveis de produção, o processamento de alimentos, a industrialização e a geração de renda. Além disso, busca estimular o consumo e valorizar os produtos oriundos da agricultura familiar, assegurando o acesso a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade adequadas para pessoas em situação de vulnerabilidade nutricional e insegurança alimentar (SECOM, 2024; MDS, 2024).

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada incluiu uma abordagem qualitativa, com estudo de campo, utilizando como técnica de pesquisa entrevistas com roteiro semiestruturado. No município de Cacoal/RO, existem 34 (trinta e quatro) agricultores familiares cadastrados no Programa de

Aquisição de Alimentos (PAA), programa do Governo Federal que visa fortalecer a agricultura familiar por meio da compra de alimentos, os quais são posteriormente doados ou distribuídos a entidades da rede socioassistencial. As compras dos alimentos são realizadas pela unidade executora local – a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI) e a entrega desses alimentos pelos agricultores ocorre no Complexo Turístico Beira Rio, situado na área urbana do município de Cacoal/RO.

O público-alvo da pesquisa foi composto por agricultores familiares cadastrados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo gestor da Secretaria de Agricultura do município de Cacoal/RO (SEMAGRI), responsável pelo programa no município de Cacoal/RO.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas orientadas por um roteiro semiestruturado, no período de agosto de 2024 a maio de 2025, às quartas-feiras (dia da entrega dos alimentos pelos agricultores) no Complexo Turístico Beira Rio. Participaram da pesquisa 11 agricultores familiares e o gestor responsável pelo programa na SEMAGRI.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No Brasil, a agricultura familiar é responsável pela principal fonte de renda de diversas famílias das mais variadas regiões. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, é considerada a base de abastecimento de alimentos da cesta básica das famílias brasileiras (Barreto, *et al.*, 2015).

Os agricultores familiares que participam do Programa PAA, no município de Cacoal/RO concentram-se, em sua maioria, na faixa etária entre 36 e 50 anos, havendo também participantes com mais de 65 anos. Esse perfil etário reflete a atuação de diferentes gerações na agricultura familiar e a experiência acumulada no campo.

Quanto à escolaridade dos agricultores familiares entrevistados, observa-se a predominância do ensino fundamental incompleto, além da presença de analfabetos no grupo estudado. Esse resultado corrobora os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), que identificaram uma parcela significativa de analfabetismo entre os produtores rurais: 23% declararam não saber ler nem escrever, 15,5% nunca frequentaram a escola e 14,2% estudaram apenas até o nível de alfabetização. Além disso, 43,4% dos produtores (correspondentes a 2.913.348 pessoas) afirmaram ter frequentado até o ensino fundamental, sendo que, desse grupo, 66,5% não concluíram essa etapa de escolarização.

Em relação ao gênero, nota-se um equilíbrio importante entre homens e mulheres. No entanto, embora muitas mulheres estejam formalmente inscritas no programa, sua atuação, conforme relataram a maioria dos entrevistados, se dá predominantemente como ajudantes, desempenhando tarefas mais leves, como o cuidado com a horta e o pomar. Em contrapartida, os homens assumem as atividades que demandam maior esforço físico, como podar e roçar.

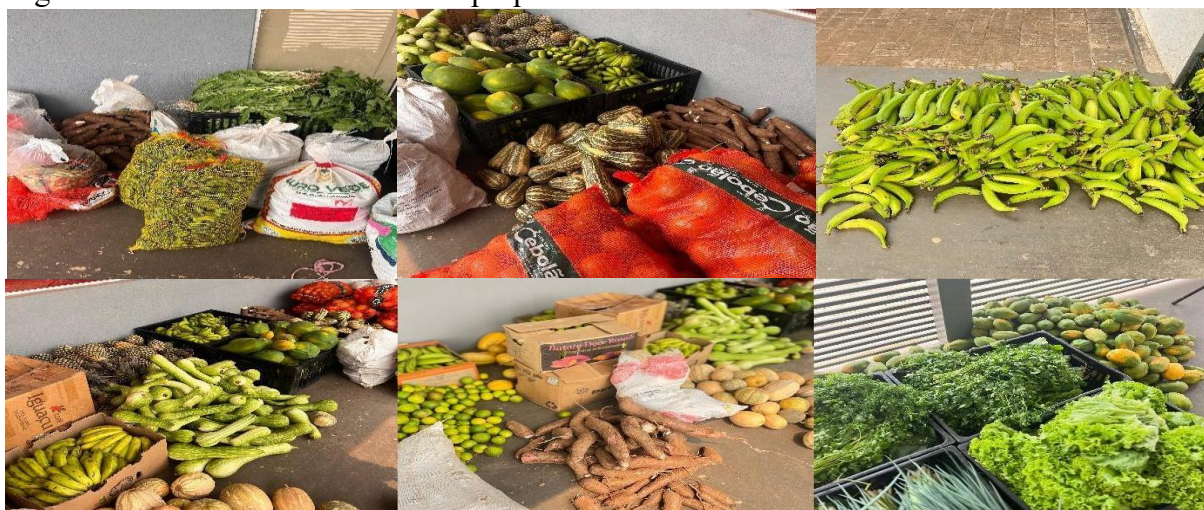
Segundo o Censo Agropecuário (2017), as mulheres passaram a liderar 18,7% dos estabelecimentos rurais, representando um avanço expressivo. Contudo, observa-se que, como fornecedoras do PAA, as mulheres têm papel fundamental na promoção da igualdade de gênero, na valorização do trabalho feminino no campo e na ampliação da autonomia econômica das trabalhadoras rurais (BRASIL, 2024).

A maior parte dos agricultores possui como renda principal o valor entre um e dois salários-mínimos, sendo a renda complementar relacionada às atividades desenvolvidas junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Na renda complementar dos agricultores, destacam-se os benefícios sociais, como a aposentadoria rural e o bolsa família, o que demonstra a importância das políticas públicas para a manutenção das famílias no campo. Uma vez, que cerca de 70% dos entrevistados informaram que já nasceram no ambiente rural ou foram introduzidos ao trabalho da agricultura familiar através da família.

Quanto as propriedades, 81,8% dos agricultores familiares entrevistados, são proprietários das unidades produtivas e 18,2% dos produtores são indígenas e cultivam suas plantações em áreas de reserva. Os produtores da agricultura familiar cultivam uma variedade de alimentos, incluindo hortaliças, frutas e legumes, além de criarem animais como galinhas e gado leiteiro.

Parte da produção é destinada ao consumo próprio das famílias, enquanto o restante é comercializado por meio do PAA, feiras livres e supermercados. A presença nas feiras foi destacada como importante por esses agricultores para a comercialização e complemento da renda. No entanto, nem todos os agricultores possuem transporte próprio, o que dificulta o deslocamento até os pontos de venda e, conseqüentemente, a comercialização dos produtos.

Figura 1 - Alimentos cultivados nas propriedades



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

No município de Cacoal/RO, no período de vigência do PAA no ano de 2024, os alimentos adquiridos pelo programa foram destinados a 9 (nove) entidades socioassistenciais (tabela 1).

Tabela 1: Alimentos entregues as entidades socioassistenciais em reais

Beneficiários Consumidores	Valores em (R\$) recebido por cada beneficiário consumidor
Pastoral da Criança e do Adolescente da Paróquia Sagrada Família- AABB	R\$ 31.584,62
Comunidade Terapêutica ABISAI	R\$ 19.452,84
Casa Assistencial Abrigo Nosso Lar	R\$ 19.175,72
Associação Evangélica Videira	R\$ 13.819,98
Centro de Reabilitação Neurológica Infantil de Cacoal – CERNIC	R\$ 32.621,59
Nova Esperança	R\$ 10.100,46
Casa de Acolhida São Camilo	R\$ 16.548,35
Instituto Sementes de Luz	R\$ 21.824,66
Fundação Vida Nova	R\$ 21.781,84
Total	R\$ 186.910,06

Fonte: Elaborado pela autora baseado no relatório de prestação de contas do PAA pela SEMAGRI (2024).

A destinação de alimentos realizada pela SEMAGRI, contribui diretamente para a segurança alimentar das pessoas atendidas por essas instituições assistenciais e ainda, os agricultores familiares/fornecedores também contribuem voluntariamente com a doação de excedentes produtivos, como forma de contribuir com as instituições socioassistenciais.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar os benefícios socioeconômicos gerados pelo

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares do município de Cacoal/RO. A pesquisa evidenciou que o PAA executado pela SEMAGRI, tem contribuído de forma relevante para a garantia de escoamento da produção familiar e no abastecimento de entidades socioassistenciais do município de Cacoal/RO, o que coopera para a segurança alimentar de populações atendidas que estão em situação de vulnerabilidade.

Os beneficiários/fornecedores do PAA, possuem uma diversificação de produtos/alimentos plantados em suas propriedades rurais, o que reflete a riqueza produtiva presente nas pequenas propriedades rurais do município de Cacoal/RO. Essa diversidade no cultivo dos alimentos, expressa o cuidado do agricultor com a terra, a dedicação no cultivo e os saberes transmitidos de geração em geração. Além, da garantia de uma alimentação mais saudável e equilibrada às populações atendidas.

A pesquisa demonstrou que os benefícios socioeconômicos proporcionados pelo PAA aos agricultores familiares cadastrados no programa, são importantes e contribuem para o sustento da família, mas não possuem o PAA como a principal via de comercialização, uma vez, que o valor repassado por ciclo não supre as necessidades produtivas, além, dá instabilidade na execução do programa nos últimos anos, marcada por interrupções nos repasses, o que compromete tanto o planejamento familiar dos agricultores, quanto a regularidade no atendimento das instituições receptoras.

O PAA, contribui de forma sustentável para o aumento da produção de alimentos na agricultura familiar, ao garantir a compra direta da produção local com condições justas para os agricultores, o que permite o planejamento das atividades produtivas e promove a geração de trabalho e renda no meio rural. Além disso, o programa melhora a qualidade e a regularidade da oferta de alimentos, beneficiando instituições públicas e populações vulneráveis ao incentivar práticas agrícolas sustentáveis e fortalecer circuitos curtos de comercialização.

Portanto, conclui-se que os objetivos propostos foram alcançados, ficando evidente a importância da valorização da agricultura familiar como eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e a redução das desigualdades sociais, sendo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) uma ferramenta essencial nesse processo, desde que fortalecido e continuamente aprimorado.

REFERÊNCIAS

ALBANI, Ionara Cristina; COUSIN, Cláudia da Silva; DICKMANN, Ivo. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Ambiente & Educação: **Revista de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 1–27, 2022.

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Silvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 617-626, 2017.

BARRETO, Maria Angélica et al. Diagnóstico e perfil dos agricultores familiares que comercializam os seus produtos agropecuários na feira de nossa da Glória–SE. **Scientia Plena Jovem**, v. 4, n. 1, 2015.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-norma-pe.html>. Acesso em: 16 jun. de 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017:**

Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-censoagropecuario-2017.html>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Modalidades de Compra.** Brasília, DF: MDS, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-deaquisicao-de-alimentos/modalidades-de-compra>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Programa de Aquisição de Alimentos: mulheres são maioria na produção e na inclusão alimentar.** Brasília: Secom, 12 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/04/programa-deaquisicao-de-alimentos-mulheres-sao-maioria-na-producao-e-na-inclusao-alimentar>. Acesso em: 19 mai. 2025.

FAVERO, Celso Antonio. Políticas públicas e reestruturação de redes de sociabilidades na agricultura familiar. **Caderno CRH**, v. 24, p. 609-626, 2011.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

LARSON, Donald F.; MURAOKA, Rie; OTSUKA, Keijiro. On the central role of small farms in African rural development strategies. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 7710, 2016.

LIMA, Antônia Francisca; SILVA, Edvânia Gomes de Assis; IWATA, Bruna de Freitas. **Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura.** Retratos de Assentamentos, v. 22, n. 1, 2019.

MATTEI, Lauro Francisco. **Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica.** Brasília: MDA, 2006.

OLIVEIRA, Jonatan Alexandre de. **Políticas públicas para agricultura familiar: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo, Brasil.** 2016.

PERIN, Gabriela. O desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 15, n. 2, p. 33-35, jan.- dez. 2021.

PLOEG, Jan Douwe van der. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 2014, n. 2, p. 3-14, 2014.

SARAIVA, Oliven do Nascimento; BORGES, Wardsson Lustrino. **Agricultura familiar e políticas públicas: estudo de caso na Comunidade Vila Ressaca da Pedreira, Macapá, Amapá, Brasil.** 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro. Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999.